

Bahia Mineração S.A. e sua controlada

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente

Índice

Relatório da administração	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13
Composição da Diretoria e Gerência Geral Financeira	39

Contexto operacional

A Bahia Mineração S.A. e sua controlada (“BAMIN” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída como Companhia individual em 28 de julho de 2005, e tem como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, assim como, através de sua controlada, Bahia Ferrovias S.A. (“Bahia Ferrovias”), explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária do trecho I da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL”). A BAMIN pode também participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

Atualmente, a BAMIN tem como principal foco o desenvolvimento do Projeto Pedra de Ferro (“Projeto PdF”), que consiste na extração, beneficiamento e comercialização de minério de ferro da jazida localizada na cidade de Caetité, na região centro-sul do Estado da Bahia, distante aproximadamente 700 km de Salvador, capital do Estado. O minério de ferro extraído será beneficiado na planta da Companhia, que será instalada na mesma região da mina. Após o beneficiamento e enriquecimento do teor do minério, a produção será escoada pela Ferrovia de Integração Oeste Leste até o terminal portuário da BAMIN no Porto Sul, de onde a produção será exportada.

Mineração

O Pedra de Ferro é o mais importante projeto de mineração de ferro em desenvolvimento na Bahia. Na Mina Pedra de Ferro (“Mina PdF”), a BAMIN produz, de forma sustentável, dois tipos de minerais – Hematita e Itabirito, minérios com alta demanda no mercado internacional, por sua qualidade e capacidade de redução no uso de insumos – questões relevantes para mercados maduros e mais conscientes, que desejam participar ativamente das discussões globais sobre mudanças climáticas e outros temas da agenda da sustentabilidade.

Atualmente, a Mina Pedra de Ferro performa sua Fase 1 com produção em escala reduzida de 1 milhão de toneladas por ano de Hematita, tendo sua capacidade instalada de até 2 milhões de toneladas por ano. **A expectativa e o planejamento atual preveem o início de operações em 2027 e o atingimento da capacidade produtiva de 26 milhões de toneladas em 2029, com investimentos previstos de R\$ 12,4 bilhões nas obras de desenvolvimento da Mina PdF.** O estado da Bahia será o 3º maior produtor de minério de ferro do Brasil.

A Hematita apresenta qualidade premium, com alto teor de pureza (cerca de 65% de Ferro), o que permite um processo de beneficiamento a seco, reduzindo o consumo de água e a geração de rejeitos no processo de produção.

A BAMIN irá implantar uma usina de disposição de rejeitos, com filtragem e empilhamento a seco para a Mina Pedra de Ferro. Com a iniciativa, a Companhia descartará a construção de uma barragem, prevista no projeto anteriormente, e será a pioneira na Bahia na adoção da tecnologia. O projeto de alteração seguiu para análise e aprovação dos órgãos reguladores e atende a todas as Normas Brasileiras vigentes.

Os principais benefícios do projeto são:

- Maior conforto e sensação de segurança para as comunidades e para o meio ambiente: não haverá construção de barragens de rejeito;
- Maior recuperação de água: o projeto aumentou em 18% a taxa de reaproveitamento de água do processo de beneficiamento, chegando ao nível de 90%.

Ferrovias

A FIO1 é um dos principais projetos de infraestrutura do Brasil. Concebida em três trechos, ao ser concluída, a ferrovia conectará as cidades de Ilhéus, no estado da Bahia e Figueirópolis, no estado do Tocantins, com seus 1.527 quilômetros de extensão.

O Trecho 1 da ferrovia (“FIO1 1”) vai de Caetitê a Ilhéus, passando por 19 municípios na Bahia ao longo de 537 quilômetros. Teve sua concessão adquirida em leilão pela BAMIN em abril de 2021. **A Companhia investirá R\$ 5,8 bilhões para concluir as obras da ferrovia e operá-la, num período total de 35 anos, dos quais cinco anos são previstos para obras e trinta anos para operação.**

A FIO1 é fundamental para o projeto de logística integrada da Mina Pedra de Ferro com o Porto Sul, para escoamento da produção para o mercado internacional. Ela terá capacidade de transporte de 60 milhões de toneladas anuais, dos quais a BAMIN vai utilizar 40%, disponibilizando 60% para outras cargas.

Porto

O terminal portuário Porto Sul está sendo construído no distrito de Aritaguá, do município de Ilhéus, no estado da Bahia, e será operado pela BAMIN em parceria com o governo do estado da Bahia.

Com **investimento previsto de R\$ 6,7 bilhões,** a construção foi iniciada em 2021 e já avançou nas obras de acesso. A ponte sobre o Rio Almada, que conecta a rodovia BA-001 à futura área industrial do porto, foi concluída ainda em 2021. A expectativa é de que, até 2027, o terminal portuário esteja operando, coincidindo com o mesmo período em que a BAMIN começará a transportar as primeiras cargas de minério de ferro pela FIO1.

A partir do Porto Sul, a BAMIN exportará sua produção para o mercado internacional. **Há ainda a possibilidade de disponibilizar cerca de 60% da capacidade total do terminal portuário – de até 42 milhões de toneladas – para outras cargas,** como grãos, fertilizantes, combustíveis e outros bens minerais. Ele será o primeiro porto do Nordeste a receber navios com capacidade de até 250 mil toneladas.

Capital social e resultados do exercício

O capital social autorizado está representado por 11.594.969 (onze milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e novecentas e sessenta e nove) ações, no valor de R\$ 1,00 real cada.

A Companhia apurou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, prejuízo acumulado, controladora e consolidado, no montante de R\$ 1.270.872 (2022, R\$ 1.643.549) e apresentou capital circulante líquido, controladora e consolidado, no valor negativo de R\$ 35.221 e positivo de R\$ 152.719, respectivamente, (2022, negativo de R\$ 26.014 e positivo de R\$ 402.835). A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG, através do acionista controlador Bahia Minerals B.V. (“BM BV”), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades e projetos.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou as suas demonstrações contábeis com base no pressuposto de continuidade das suas operações, contando com o suporte financeiro de seu acionista controlador como garantia da liquidez necessária para fazer frente às obrigações contratuais assumidas. A ocorrência desses eventos em sua plenitude, em um período apropriado, é considerada julgamento crítico pela Administração da Companhia.

Responsabilidade da Administração

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia (“demonstrações contábeis”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado das operações e os fluxos de caixa, individuais e consolidados, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

Diretores

Os diretores em exercício durante o ano de 2023 e até à data de assinatura das demonstrações contábeis de 2023 encontram-se a seguir indicados.



Eduardo Ledsham
Diretor Presidente



Alexandre Aigner
Diretor



Alberto Vieira
Diretor



Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1.189
17º andar - Pituba
41820-021 - Salvador - BA - Brasil
Tel: +55 71 3501-9000
Fax: +55 71 3501-9019
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Diretores da
Bahia Mineração S.A.
Salvador - Bahia.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bahia Mineração S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 19 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O



Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC BA-025348/O

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.822	52.863	252.475	515.845
Contas a receber de clientes	6	12.904	38.045	12.904	38.045
Adiantamentos	7	2.972	3.183	6.286	3.293
Estoques	8	18.158	20.958	18.158	20.958
Tributos a recuperar	9	16.054	28.885	16.054	28.885
Partes relacionadas	19	18.666	12.026	18.151	9.980
Outros ativos	10	2.096	935	4.790	3.523
		77.672	156.895	328.818	620.529
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Estoques	8	112.425	72.481	112.425	72.481
Partes relacionadas	19	16.975	17.676	16.975	17.676
Tributos a recuperar	9	2.086	3.855	18.215	8.552
Outros ativos	10	467	366	4.480	494
		131.953	94.378	152.095	99.203
Investimento em controlada	11	506.502	539.257	-	-
Imobilizado	12	2.044.114	1.747.488	2.311.813	1.821.507
Intangível	13	50.918	47.165	51.091	47.246
Direito de uso	14	-	-	30.548	31.483
		2.601.534	2.333.910	2.393.452	1.900.236
Total do ativo		2.811.159	2.585.183	2.874.365	2.619.968
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	56.881	113.297	112.256	140.377
Obrigações tributárias e sociais	16	35.218	35.515	43.049	43.220
Compromissos socioambientais	17	19.608	24.010	19.608	24.010
Obrigações com clientes	18	-	8.838	-	8.838
Outros passivos		1.186	1.249	1.186	1.249
		112.893	182.909	176.099	217.694
Não circulante					
Empréstimos	19	2.379.521	2.596.903	2.379.521	2.596.903
Compromissos socioambientais	17	-	5.438	-	5.438
Recuperação ambiental	20	95.459	83.382	95.459	83.382
Provisões para contingências	21	7.300	6.932	7.300	6.932
Outros passivos		3.938	313	3.938	313
		2.486.218	2.692.968	2.486.218	2.692.968
Total do passivo		2.599.111	2.875.877	2.662.317	2.910.662
Patrimônio líquido					
Capital social	22	11.595	10.955	11.595	10.955
Contribuição ao capital	22	1.874.891	1.341.900	1.874.891	1.341.900
Prejuízos acumulados		(1.674.438)	(1.643.549)	(1.674.438)	(1.643.549)
		212.048	(290.694)	212.048	(290.694)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.811.159	2.585.183	2.874.365	2.619.968

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas	23	198.695	321.394	198.695	321.394
Custo dos produtos vendidos	24	(39.041)	(56.806)	(39.041)	(56.806)
Lucro bruto		159.654	264.588	159.654	264.588
Despesas com distribuição	25	(159.654)	(264.588)	(159.654)	(264.588)
Despesas gerais e administrativas	26	(70.619)	(147.969)	(151.939)	(222.673)
Outras despesas (receitas), líquidas	27	(2.166)	28.944	(2.166)	28.738
Equivalência patrimonial	11	(32.755)	(36.216)	-	-
Resultado operacional		(265.194)	(419.829)	(313.759)	(458.523)
Receitas financeiras		206.336	331.879	255.026	370.642
Despesas financeiras		(131.685)	(138.846)	(131.810)	(138.915)
Resultado financeiro	28	74.651	193.033	123.216	231.727
Prejuízo (lucro) antes do imposto de renda e contribuição social		(30.889)	37.792	(30.889)	37.792
Tributos sobre o lucro		-	-	-	-
Prejuízo (lucro) líquido do exercício		(30.889)	37.792	(30.889)	37.792

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	(30.889)	37.792	(30.889)	37.792
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(30.889)	37.792	(30.889)	37.792

Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos
Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Contribuições ao capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022		10.955	1.020.817	(1.681.341)	(649.569)
Contribuição ao capital	22	-	321.083	-	321.083
Lucro líquido do exercício		-	-	37.792	37.792
Em 31 de dezembro de 2022		10.955	1.341.900	(1.643.549)	(290.694)
Contribuição ao capital	22	-	532.991	-	532.991
Capital integralizado		640	-	-	640
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(30.889)	(30.889)
Em 31 de dezembro de 2023		11.595	1.874.891	(1.674.438)	212.048

1. Contexto Operacional

A Bahia Mineração S.A. (“BAMIN” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de julho de 2005, e tem como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, assim como, através de sua controlada, a Bahia Ferrovias S.A. (“Bahia Ferrovias”), explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária do trecho I da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL”). A BAMIN pode também participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

(a) Aprovação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de abril de 2024.

2. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas (“demonstrações contábeis”) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir perdas ou ganhos com valor justo de alguns instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da BAMIN e sua controlada em 31 de dezembro de 2023. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em sua controlada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

2.2 Base de consolidação (continuação)

A base de consolidação da BAMIN, inclui as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias que é uma sociedade anônima com o objetivo de explorar, em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas, associadas à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, com extensão de 537 km ("FIOL 1"), nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). A Companhia detém 100% do capital social da Bahia Ferrovias.

2.3 Novas normas, interpretações e revisões emitidas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

(a) Alterações ao IFRS 16 / CPC 06: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (transação de venda e retroarrendamento)

A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (*sale and leaseback*). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

(b) Alterações ao IAS 1 / CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.3 *Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)*

(c) Alteração ao IAS 7 / CPC 23 (R2) e ao IFRS 7 / CPC 40 (R1)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.4 **Conversão em moeda estrangeira**

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e sua controlada atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado do exercício como "outras receitas, líquidas".

2.5 **Ativos financeiros**

A Companhia classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria "mensurados ao custo amortizado". A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

(a) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(b) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

2.5 Ativos financeiros (continuação)

(c) *Impairment*

A Companhia tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos à perda esperada de crédito estabelecida pelo IFRS 9 / CPC 48:

- Caixa e equivalente de caixa;
- Contas a receber de clientes; e
- Empréstimos concedidos para partes relacionadas.

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7 Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes apresentam os valores a receber pela venda de minério de ferro da Companhia e é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber. No entanto, a Companhia não apresenta histórico de perdas com contas a receber de clientes ou indicativos de perdas e desta forma não reconhece perdas para contas a receber de clientes.

2.8 Adiantamentos

Os adiantamentos a fornecedores são inicialmente reconhecidos como um ativo circulante da Companhia, uma vez que representam recursos financeiros que serão utilizados no curto prazo. Quando os bens ou serviços pelos quais os adiantamentos foram feitos são recebidos, o montante correspondente é apropriado do ativo para o resultado do exercício corrente.

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre custo e o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel e incluem todos os custos incorridos no curso normal das operações para trazer os produtos até o local e condição atual.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de produção, extração, mão de obra direta, depreciação, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade da Companhia), excluindo os custos de empréstimos.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Uma vez que a Companhia se encontra em fase de desenvolvimento, a formação de estoque tem como objetivo a evolução da escala do processo produtivo e a apresentação para um mercado ativo de *commodities*¹ de minério de ferro, produto gerado pela Companhia. Ou seja, apresentar um minério de ferro com alta qualidade e produzido sobre as melhores práticas de sustentabilidade.

Os estoques classificados no ativo circulante são aqueles que a Companhia espera comercializar até o final do exercício subsequente. Já os produtos mantidos no ativo não circulante são os produtos que a Companhia espera beneficiar e comercializar após a construção e instalação da usina de beneficiamento da Mina PdF. Os estudos mais recentes demonstram que o projeto terá o início da produção, em capacidade plena, previsto para o final de 2029.

2.10 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, do país em que a entidade atua e gera lucro tributável.

2.11 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, veículos, computadores periféricos, móveis e utensílios e instalações (principalmente os escritórios) são demonstrados pelo custo histórico.

O custo histórico do ativo imobilizado inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, quando aplicável, também pode incluir os custos de empréstimos que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item sejam gerados e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é registrado como despesa se os critérios de reconhecimento de imobilizado não são cumpridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

¹ *Commodities* é o plural do termo *commodity*, em inglês, que corresponde a produtos básicos globais não industrializados, ou seja, matérias-primas que não se diferem independente de quem as produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional.

2.11 Imobilizado (continuação)

(b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações e instalações: de 10 a 60 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 30 anos; e
- Outros ativos: de 2 a 30 anos.

(c) Direito de uso

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(d) Ativos em construção

Compreendem os ativos minerais, os gastos incorridos na fase de exploração e avaliação, bem como os gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF em Caetité e do Porto Sul em Ilhéus, que subsequentemente serão reconhecidos no ativo pronto para uso quando a mina e o porto começarem a produzir e a operar de acordo com o propósito pretendido pela Administração da Companhia.

A Companhia capitaliza os gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul, esses gastos podem basicamente serem elencados como: prospecção, geologia, topografia, sondagem, salários e encargos, consultoria e assessorios, estudos técnicos e outros gastos acessórios.

Gastos relacionados ao desenvolvimento da escala produtiva da Companhia, através da abordagem margem líquida igual a zero, também formam o ativo em construção. Uma vez que as atividades da fase de desenvolvimento da Companhia contribuem para desenvolvimento da infraestrutura do Projeto PdF.

A capitalização dos gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul também inclui os custos de empréstimos. Isso significa que os juros provenientes das operações de empréstimos entre partes relacionadas em moeda estrangeira, que se qualifiquem como encargos financeiros das operações, fazem parte da formação do ativo em construção da Companhia. Além disso, as variações cambiais que representam ajustes nos custos de juros são definidas como a diferença de taxa de juros entre os custos de empréstimos que seriam incorridos se a Companhia tomasse empréstimos em sua moeda funcional e os custos de empréstimos incorridos em moeda estrangeira. A Companhia adota o julgamento de considerar as variações cambiais como ajustes nos custos de juros apenas quando elas aproximam os custos de empréstimos em diferentes moedas. Variações cambiais que distanciam os custos de empréstimos em diferentes moedas não são consideradas como ajustes nos custos de juros das operações de empréstimos para o desenvolvimento dos ativos em construção.

2.12 Intangível

(a) Softwares

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a dez anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são avaliados pelo valor de custo de aquisição e sujeitos a testes de recuperação (*impairment*). A amortização dos direitos minerários será calculada pelo período de vida útil estimado da mina com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Em caso de ativos relacionados à exploração mineral, as estimativas utilizadas para a verificação de *impairment* são revisadas com base no Estudo de viabilidade econômica, denominado *Bankable Feasibility Study* ("BFS"), referente ao Projeto Pedra de Ferro. Os fluxos de caixa contidos no BFS são baseados em:

- Estimativas de capacidade de produção da mina de minério de ferro do projeto;
- Níveis de produção futuros de minério de ferro;
- Estimativas futuras da cotação de preços do minério de ferro no mercado ativo; e
- Custos futuros de produção, gastos com investimentos na mina, gastos com restauração da área a ser explorada, e gastos com danos ambientais.

Entidades que reconhecem ativos de exploração mineral têm a obrigação de realizar testes de recuperação desses ativos quando eventos específicos ou circunstâncias indicam a necessidade de um teste de *impairment*. Considerando que os direitos minerários da Companhia estão em fase de desenvolvimento, foi avaliado a possível deterioração desses ativos com base nas diretrizes do IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerários. Durante essa análise, nenhum sinal de comprometimento foi identificado.

2.14 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses após a data de emissão do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As obrigações a pagar são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.15 Empréstimos

Os empréstimos tomados com partes relacionadas são apresentados pelos valores em moeda estrangeira, convertidos para reais na data do balanço. Tais empréstimos foram reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, sendo que não ocorreram custos da transação na sua aquisição e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A despesa de juros sobre empréstimos é reconhecida no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos dos empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia é parte em contratos de *Profit Participating Loans* ("PPL") com seu acionista controlador e com as subsidiárias de seu acionista controlador. Os recursos recebidos sob os contratos de PPL representam empréstimos e contribuições ao capital. A diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante recebido sob os contratos de PPL é reconhecida como uma contribuição ao capital no patrimônio líquido.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados. E ainda assim, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor que foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação dessas obrigações é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do tributo, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia encontra-se em fase de desenvolvimento e não possui receitas ou rendas sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos podem ser calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (continuação)

A Companhia é beneficiada pelo regime de redução de 75% do imposto de renda, com início em 2023 e término em 2031, conforme laudo constitutivo de número 0122/2022, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

O imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos, serão reconhecidos somente na proporção em que o lucro tributável futuro seja provável e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A Companhia decidiu por não reconhecer os impostos diferidos ativos, tendo em vista encontrar-se em fase de desenvolvimento e por não apresentar histórico de lucros tributáveis.

2.18 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.19 Reconhecimento da receita

(a) Receita de venda de minério de ferro em fase de desenvolvimento

A receita é reconhecida quando o controle do produto é transferido para o cliente.

Geralmente, algumas *commodities* entregues aos clientes são precificadas provisoriamente na data em que a receita é reconhecida. Os ajustes sobre receita são tratados de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” e não são tratados sob o CPC 47 / IFRS 15 “Receita de contrato com cliente”, portanto, as regras do CPC 47 / IFRS 15 sobre receita de contrato com cliente com contraprestação variável não se aplicam. Esses ajustes, portanto, representam receitas de outras fontes que não os contratos com clientes.

A Companhia reconhece a receita de vendas pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo a abordagem de precificação provisória embutida nesses contratos, de venda de produto, caracterizada como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado de forma contínua e as flutuações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado do exercício.

Todas as receitas de vendas da Companhia são decorrentes da fase de desenvolvimento do Projeto PdF. A Companhia aplica uma abordagem contábil de reconhecimento de custos e gastos logísticos, equivalentes às receitas de vendas da fase de desenvolvimento do Projeto PdF (nota 2.20). Para aplicação desta abordagem contábil, as receitas de vendas da Companhia são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

2.20 Custos dos produtos vendidos

Os custos de produção de itens de estoque vendidos antes da Mina PdF estar pronta para o uso pretendido pela Administração da Companhia são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o CPC 16 / IAS 2. No entanto, como os custos relacionados ao uso do ativo Mina PdF não estão refletidos na produção dos estoques, e as receitas de vendas são decorrentes da fase de desenvolvimento do Projeto PdF, a Companhia aplica uma abordagem contábil de reconhecimento de custos e gastos logísticos, equivalentes às receitas de vendas da fase de desenvolvimento do Projeto PdF, reconhecidas no resultado do exercício, como parte dos gastos (ou deduções dos gastos) decorrentes do desenvolvimento da infraestrutura do Projeto PdF.

2.21 Despesas de distribuição

Os gastos logísticos são todas as despesas relativas ao esforço de distribuição da Companhia para gerar a venda de produtos de minério de ferro, ou seja, incorrem quando os produtos de minério de ferro encontram-se nas condições físicas e químicas finais para venda ao cliente final. Por conta da representatividade das despesas de distribuição, a Companhia apresenta o reconhecimento das despesas de distribuição em classificação específica na sua demonstração de resultado.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas, que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício financeiro, estão descritas a seguir:

(a) Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera o suporte financeiro de seu acionista controlador para garantir que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude, em um período apropriado, é considerada julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

(b) Taxa de juros sobre empréstimos

As transações de empréstimos, necessárias para a liquidação das obrigações da Companhia, não prevê a incidência de juros. Com isso, o valor justo reconhecido pela Companhia busca refletir o custo de captação de recursos em um ambiente de livre concorrência, onde a taxa de desconto utilizada deve refletir as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos das transações.

(c) Subconcessão da FIOF

A Bahia Ferrovias, companhia controlada pela BAMIN, está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 27 / IAS 16 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

3 *Estimativas e julgamentos contábeis críticos (continuação)*

(c) *Subconcessão da FIOL (continuação)*

O ativo de direito do uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor inicial mensurado, ajustado por quaisquer pagamentos até a data de início, somados a quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo subconcessionário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo subconcessionário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições da subconcessão, menos quaisquer incentivos recebidos.

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, todos os bens serão revertidos para a VALEC (empresa pública, controlada pela União através do Ministério da Infraestrutura do Brasil), livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do contrato de subconcessão.

No final do Contrato de Subconcessão, os bens de propriedade da subconcessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários para a continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados à subconcessão, poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme prevê o Contrato de Subconcessão.

(d) **Perda (*impairment*) do intangível**

O intangível da Companhia de direitos minerários e contratos de servidão são revisados anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado.

Os direitos minerários da Companhia correspondem aos processos de pesquisa e estudo mineral concedidos pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”), compostos pelo custo histórico de pesquisa, consultorias técnicas e sondagens, cuja amortização será iniciada quando começar a produção mineral, e em prazo que corresponderá à vida útil estimada da reservada Mina PdF.

(e) **Receita de vendas precificada provisoriamente**

A Companhia reconhece a receita de vendas pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo a abordagem de precificação provisória embutida nesses contratos, de venda de produto, caracterizada como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado de forma contínua e as flutuações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado do exercício.

4 **Gestão de risco financeiro**

As atividades da Companhia e sua controlada a expõem a diversos riscos financeiros: risco de moeda, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4. Gestão de risco financeiro (continuação)

(a) Risco de moeda

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação das taxas de câmbio. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não-derivativos a essa variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou o risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, que é a taxa de câmbio dólar-real.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta a exposição à moeda como se fosse independente, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio, os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia considera três cenários na análise de sensibilidade. Além de uma variação considerada razoável, outros dois cenários que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas atividades da Companhia.

O cenário razoável considerado foi de mesma variação percentual do dólar-real, enquanto que foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% e de 50% para os cenários adicionais adversos, da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro à variação da taxa de câmbio dólar-real, é apresentada na tabela abaixo:

	Valor justo em US\$	Taxa de câmbio em 31.12.2023	Cenário razoável	Cenário adverso I (25%)	Cenário adverso II (50%)
Empréstimos com partes relacionadas (passivo)	491.505	4,8413	2.379.521	2.974.401	3.569.282
Impacto no resultado do período (despesa)			-	(594.880)	(1.189.761)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre substancialmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de partes relacionadas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades. Essa condição é obtida, essencialmente, pela obtenção de recursos financeiros de seu acionista controlador.

4. *Gestão de risco financeiro (continuação)*

(d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, fornecedores, obrigações com clientes e empréstimos e financiamentos.

	Categoria	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	6.822	52.863	252.475	515.845
Contas a receber de clientes	Ao custo amortizado	12.904	38.045	12.904	38.045
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	35.641	29.703	35.126	27.657
		55.367	120.611	282.354	583.593
Passivos					
Empréstimos	Ao custo amortizado	2.379.521	2.596.903	2.596.903	2.594.857
Fornecedores	Ao custo amortizado	56.881	113.297	112.256	140.377
Obrigações com clientes	Ao custo amortizado	-	8.838	-	8.838
		2.436.402	2.719.038	2.709.159	2.744.072

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aplicações financeiras de curto prazo	6.456	52.649	251.850	515.585
Depósitos bancários à vista	345	193	603	236
Recursos em caixa	21	21	22	24
	6.822	52.863	252.475	515.845

As aplicações financeiras, de risco baixo de crédito, referem-se substancialmente às aplicações em Operações Compromissadas, Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), com liquidez diária (disponível para saques e transferências), com rentabilidade vinculadas aos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI").

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cliente no mercado interno	2.087	-	2.087	-
Cliente no mercado externo	10.817	38.045	10.817	38.045
	12.904	38.045	12.904	38.045

Os contratos de vendas de produtos são sujeitos à precificação provisória, conforme nota 2.19 (a) e nota 3 (e).

A Companhia não apresenta histórico de inadimplência com contas a receber de clientes ou indicativos de perdas. Desta forma, não reconhece perdas para contas a receber de clientes.

7 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	2.174	2.723	5.369	2.723
Empregados	798	460	917	570
	2.972	3.183	6.286	3.293

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Minério bruto	112.907	72.481	112.907	72.481
Produto processado	16.545	17.115	16.545	17.115
Produto em processamento	1.131	3.843	1.131	3.843
	130.583	93.439	130.583	93.439
(-) Circulante	(18.158)	(20.958)	(18.158)	(20.958)
Não circulante	112.425	72.481	112.425	72.481

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS ² e COFINS ³ não cumulativo (i)	13.316	26.633	13.332	26.633
CFEM ⁴ a recuperar	3.299	3.278	3.299	3.278
ISS ⁵ a recuperar	2	1.178	2	1.178
IRRF ⁶ sobre aplicações financeiras	1.522	1.058	12.147	5.755
ICMS ⁷ a recuperar	-	493	-	493
Outros tributos a recuperar	1	100	5.489	100
	18.140	32.740	34.269	37.437
(-) Circulante	(16.054)	(28.885)	(16.054)	(28.885)
Não circulante	2.086	3.855	18.215	8.552

(i) Créditos tributários decorrentes, principalmente, da evolução das obras de construção de infraestruturas do Porto Sul e das atividades de desenvolvimento da Mina PdF.

² Programa de Integração Social.

³ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

⁴ Compensação Financeira pela Exploração Mineral.

⁵ Imposto Sobre Serviços.

⁶ Imposto de Renda Retido na Fonte.

⁷ Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

10 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Seguros a apropriar	600	384	3.614	2.945
Depósitos recursais	467	366	4.158	493
Créditos com terceiros	1.496	551	1.498	578
Cauções contratuais	-	-	-	1
	2.563	1.301	9.270	4.017
(-) Circulante	(2.096)	(935)	(4.790)	(3.523)
Não circulante	467	366	4.480	494

11 Investimento em controlada

As principais informações sobre a Bahia Ferrovias, empresa controlada pela BAMIN, estão apresentadas a seguir:

(a) Participação em controlada

Investida	Atividade principal	Controle	Participação		Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022	2023	2022
Bahia Ferrovias	Logística	Controlada	100%	100%	506.502	539.257	-	-

(b) Posição financeira da controlada

Controlada	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo acumulado
Bahia Ferrovias	251.661	298.420	63.721	-	506.502	(89.000)

(c) Movimentação dos investimentos em controlada em 2023

Controlada	Saldo em dezembro 2022	Equivalência patrimonial		Aporte de capital social	Saldo em dezembro 2023
		Resultado do exercício	Resultado abrangente		
Bahia Ferrovias	539.257	(32.755)	-	-	506.502

(d) Movimentação dos investimentos em controlada em 2022

Controlada	Saldo em dezembro 2021	Equivalência patrimonial		Aporte de capital social	Saldo em dezembro 2022
		Resultado do exercício	Resultado abrangente		
Bahia Ferrovias	279.259	(36.216)	-	296.215	539.257

12. Imobilizado

	Controladora					Total
	Terrenos	Edificações e instalações	Equipamentos	Ativos em construção (nota 2.11 (d))	Outros	
Custo						
Em 1º de janeiro de 2022	56.484	22.705	18.295	1.288.162	11.154	1.396.800
Adições	2.407	8.348	2.464	281.257	6.048	300.524
Custo de empréstimos	-	-	-	79.819	-	79.819
Em 31 de dezembro de 2022	58.891	31.053	20.759	1.649.238	17.202	1.777.143
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2022	-	(7.591)	(9.520)	-	(7.574)	(24.685)
Depreciação	-	(2.828)	(1.058)	-	(1.084)	(4.970)
Em 31 de dezembro de 2022	-	(10.419)	(10.578)	-	(8.658)	(29.655)
Custo total	58.891	31.053	20.759	1.649.238	17.202	1.777.143
Depreciação acumulada	-	(10.419)	(10.578)	-	(8.658)	(29.655)
Em 31 de dezembro de 2022	58.891	20.634	10.181	1.649.238	8.544	1.747.488
Custo						
Em 1º de janeiro de 2023	58.891	31.053	20.759	1.649.238	17.202	1.777.143
Adições	92	5.497	1.979	200.365	1.419	209.352
Custo de empréstimos	-	-	-	94.996	-	94.996
Baixas	-	-	-	-	(39)	(39)
Em 31 de dezembro de 2023	58.983	36.550	22.738	1.944.599	18.582	2.081.452
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2023	-	(10.419)	(10.578)	-	(8.658)	(29.655)
Depreciação	-	(4.282)	(1.367)	-	(2.068)	(7.717)
Baixas	-	-	-	-	34	34
Em 31 de dezembro de 2023	-	(14.701)	(11.945)	-	(10.692)	(37.338)
Custo total	58.983	36.550	22.738	1.944.599	18.582	2.081.452
Depreciação acumulada	-	(14.701)	(11.945)	-	(10.692)	(37.338)
Em 31 de dezembro de 2023	58.983	21.849	10.793	1.944.599	7.890	2.044.114

12. *Imobilizado (continuação)*

	Consolidado					Total
	Terrenos	Edificações e instalações	Equipamentos	Ativos em construção (nota 2.11 (d))	Outros	
Custo						
Em 1º de janeiro de 2022	56.484	22.705	18.295	1.288.162	11.897	1.397.543
Adições	2.407	10.352	2.668	351.238	7.227	373.892
Custo de empréstimos	-	-	-	79.819	-	79.819
Em 31 de dezembro de 2022	58.891	33.057	20.963	1.719.219	19.124	1.851.254
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2022	-	(7.591)	(9.520)	-	(7.574)	(24.685)
Depreciação	-	(2.829)	(1.066)	-	(1.167)	(5.062)
Em 31 de dezembro de 2022	-	(10.420)	(10.586)	-	(8.741)	(29.747)
Custo total	58.891	33.057	20.963	1.719.219	19.124	1.851.254
Depreciação acumulada	-	(10.420)	(10.586)	-	(8.741)	(29.747)
Em 31 de dezembro de 2022	58.891	22.637	10.377	1.719.219	10.383	1.821.507
Custo						
Em 1º de janeiro de 2023	58.891	33.057	20.963	1.719.219	19.124	1.851.254
Adições	178	5.497	2.385	393.891	1.867	403.818
Baixas	-	-	(8)	-	(39)	(47)
Transferências	-	(164)	-	-	164	-
Custo de empréstimos	-	-	-	94.996	-	94.996
Em 31 de dezembro de 2023	59.069	38.390	23.340	2.208.106	21.116	2.350.021
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2023	-	(10.420)	(10.586)	-	(8.741)	(29.747)
Depreciação	-	(4.651)	(1.411)	-	(2.433)	(8.495)
Baixas	-	-	-	-	34	34
Em 31 de dezembro de 2023	-	(15.071)	(11.997)	-	(11.140)	(38.208)
Custo total	59.069	38.390	23.340	2.208.106	21.116	2.350.021
Depreciação acumulada	-	(15.071)	(11.997)	-	(11.140)	(38.208)
Em 31 de dezembro de 2023	59.069	23.319	11.343	2.208.106	9.976	2.311.813

13. Intangível

	Controladora				
	Marcas corporativas	Direitos minerários	Softwares	Contratos de serviço	Total
Custo					
Em 1º de janeiro de 2022	5	11.430	9.281	5.553	26.269
Adições (i)	-	28.371	582	24	28.977
Em 31 de dezembro de 2022	5	39.801	9.863	5.577	55.246
Amortização acumulada					
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	(7.256)	(31)	(7.287)
Amortizações	-	-	(743)	(51)	(794)
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	(7.999)	(82)	(8.081)
Custo total	5	39.801	9.863	5.577	55.246
Amortização acumulada	-	-	(7.999)	(82)	(8.081)
Em 31 de dezembro de 2022	5	39.801	1.864	5.495	47.165
Custo					
Em 1º de janeiro de 2023	5	39.801	9.863	5.577	55.246
Adições	-	-	517	4.131	4.648
Baixas	-	(149)	-	-	(149)
Em 31 de dezembro de 2023	5	39.652	10.380	9.708	59.745
Amortização acumulada					
Em 1º de janeiro de 2023	-	-	(7.999)	(82)	(8.081)
Amortizações	-	-	(691)	(55)	(746)
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	(8.690)	(137)	(8.827)
Custo total	5	39.653	10.380	9.708	59.745
Amortização acumulada	-	-	(8.690)	(137)	(8.827)
Em 31 de dezembro de 2023	5	39.653	1.690	9.571	50.918

(i) O montante de R\$ 28.371 corresponde: (a) direitos minerários adquiridos através de cessão não onerosa no montante de R\$ 27.276 entre a Companhia e a parte relacionada Pedra Cinza; e (b) direitos minerários adquiridos através contrato de compra e venda no montante de R\$ 1.095 entre a Companhia e uma entidade privada não relacionada com a Companhia.

13. Intangível (continuação)

	Consolidado				
	Marcas corporativas	Direitos minerários	Softwares	Contratos de serviço	Total
Custo					
Em 1º de janeiro de 2022	5	11.430	9.281	5.553	26.269
Adições	-	28.371	668	24	29.063
Em 31 de dezembro de 2022	5	39.801	9.949	5.577	55.332
Amortização acumulada					
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	(7.256)	(31)	(7.287)
Amortizações	-	-	(748)	(51)	(799)
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	(8.004)	(82)	(8.086)
Custo total	5	39.801	9.949	5.577	55.332
Amortização acumulada	-	-	(8.004)	(82)	(8.086)
31 de dezembro de 2022	5	39.801	1.945	5.495	47.246
Custo					
Em 1º de janeiro de 2023	5	39.801	9.949	5.577	55.332
Adições	-	-	637	4.131	4.768
Baixas	-	(149)	-	-	(149)
Em 31 de dezembro de 2023	5	39.652	10.586	9.708	59.951
Amortização acumulada					
Em 1º de janeiro de 2023	-	-	(8.004)	(82)	(8.086)
Amortizações	-	-	(719)	(55)	(774)
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	(8.723)	(137)	(8.860)
Custo total	5	39.652	10.586	9.708	59.951
Amortização acumulada	-	-	(8.723)	(137)	(8.860)
Em 31 de dezembro de 2023	5	39.652	1.863	9.571	51.091

14. Direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	Outorga da subconcessão	Total	Outorga da subconcessão (i)	Total
Custo				
Em 1º de Janeiro de 2022	-	-	32.730	32.730
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	32.730	32.730
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-
Amortizações	-	-	(1.247)	(1.247)
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	(1.247)	(1.247)
Custo total	-	-	32.730	32.730
Amortização acumulada	-	-	(1.247)	(1.247)
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	31.483	31.483
Custo				
Em 1º de janeiro de 2023	-	-	32.730	32.730
Adições	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	32.730	32.730
Amortização acumulada				
Em 1º de janeiro de 2023	-	-	(1.247)	(1.247)
Amortizações	-	-	(935)	(935)
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	(2.182)	(2.182)
Custo total	-	-	32.730	32.730
Amortização acumulada	-	-	(2.182)	(2.182)
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	30.548	30.548

- (i) O Contrato de Subconcessão da FIOL, da controlada Bahia Ferrovias, no qual a outorga da subconcessão representa o custo incremental de obtenção da subconcessão que não teria sido incorrido se o negócio não tivesse sido obtido. Desta maneira, a outorga da subconcessão representa um direito de uso da malha ferroviária. A Bahia Ferrovias tem cinco anos, a contar da data de assunção do contrato, para início das operações. Assim, o prazo da amortização dos ativos de direito de uso é de trinta anos, finalizando, com o fim do contrato, em 03 de setembro de 2055.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedor no mercado interno	56.881	112.971	112.256	140.051
Fornecedor no mercado externo	-	326	-	326
	56.881	113.297	112.256	140.377

A redução do contas a pagar com fornecedores se refere principalmente ao impacto da revisão das políticas internas e procedimentos de tesouraria para salvaguardar as disponibilidades da Companhia, ao passo de não afetar a evolução das obras de construção de infraestruturas do Porto Sul e das atividades de desenvolvimento da Mina PdF.

16. Obrigações tributárias e sociais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Programa de participação nos resultados	16.852	19.530	20.576	23.536
Provisão de férias	8.047	6.594	9.462	7.784
Tributos trabalhistas	3.705	3.638	4.412	4.327
Tributos sobre faturamento	4.755	1.983	4.755	1.983
Tributos retidos sobre serviços	1.622	3.770	3.489	5.339
Outros	237	-	355	251
	35.218	35.515	43.049	43.220

17. Compromissos socioambientais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Termo de compromisso socioambiental	29.448	25.399	29.448	25.399
(+) Ajuste do valor do dinheiro no tempo	1.319	4.049	1.319	4.049
(-) Pagamentos	(11.159)	-	(11.159)	-
	19.608	29.448	19.608	29.448
(-) Circulante	(19.608)	(24.010)	(19.608)	(24.010)
Não circulante	-	5.438	-	5.438

O Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual da Bahia, Estado da Bahia (por meio da Casa Civil e da Secretaria de Meio Ambiente (“SEMA”)), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (“INEMA”), Município de Ilhéus, juntamente com a Companhia resolveram celebrar o Termo de Compromisso Socioambiental (“TCSA”).

O acordo visa a previsibilidade e o consenso entre as partes, em relação às compensações socioambientais a serem implementadas na região onde serão construídas as futuras instalações do Porto Sul, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, a integridade ambiental, e a manutenção das funções ecológicas e dos serviços ecossistêmicos, por meio de ações integradas destinadas a prevenir, em escala de paisagem, danos ambientais evitáveis e mitigar impactos não evitáveis.

18. Obrigações com clientes

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Venda a preços provisórios	-	8.838	-	8.838

Vendas de produtos com preço provisório praticado na emissão do faturamento, estão sujeitos a ajustes pela cotação da *commodity*, de minério de ferro, no período determinado no contrato de venda. No entanto, a Companhia entende que o preço de venda desses produtos pode ser mensurado de forma confiável a cada período, uma vez que o preço é cotado em um mercado ativo *commodities* de minério de ferro. Principalmente em razão da curva do preço do minério de ferro em 2023, os contratos de vendas com clientes geram apenas ajustes de contas a receber.

19. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Os saldos com partes relacionadas possuem as seguintes composições:

	Controladora				Consolidado	
	2023		2022		2023	2022
	Controlada	Outras partes relacionadas	Controlada	Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas
Ativo circulante						
<i>Cost Sharing Agreement</i> ⁸	515	18.151	2.046	9.980	18.151	9.980
Ativo não circulante						
Contratos de mútuo	-	16.975	-	17.676	16.975	17.676
Passivo não circulante						
Empréstimos	-	2.379.521	-	2.596.903	2.379.521	2.596.903
Patrimônio líquido						
Contribuição ao capital	-	1.874.891	-	1.341.900	1.874.891	1.341.900
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	-	198.963	-	323.128	198.963	323.128
Despesas financeiras	-	(128.583)	-	(121.506)	(128.583)	(121.506)
	-	70.380	-	201.622	70.380	201.622

A Companhia possui contrato de rateio de gastos administrativos ("*cost sharing*") com as companhias Bahia Ferrovias S.A., Mineração Minas Bahia S.A. e Pedra Cinza Mineração Ltda. Os contratos de *cost sharing* possuem correção dos montantes rateados através do índice de inflação até a data de pagamento.

Os contratos de mútuo, entre a BAMIN e as companhias Mineração Minas Bahia S.A. e Pedra Cinza Mineração Ltda., assim como os contratos de empréstimos sob o formato de *Profit Participating Loans* (nota 2.15), entre as companhias Bahia Minerals, ERG e ERG Brazil, tiveram uma taxa de desconto de 9,50% (2022, 10,25%).

Os custos de empréstimos sob o formato *PPL* foram de R\$ 128.583 (2022, R\$ 121.506), sendo capitalizados R\$ 94.966 (2022, R\$ 79.819) para o ativo em construção, uma vez que parte significativa dos empréstimos sob o formato *PPL* tem como objetivo o desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul da Companhia. Os empréstimos sob o formato *PPL* tem estimativa de pagamento para o ano 2029, início da produção da Companhia em capacidade plena.

⁸ *Cost Sharing Agreement* significa contrato de rateio de despesas.

19. Partes relacionadas (continuação)

(b) Transações e movimentações

Os saldos com as partes relacionadas possuem a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.567.201	2.227.462	2.567.201	2.227.462
Captação de recursos	292.111	784.493	292.111	784.493
Liberação de recursos	(7.055)	(1.867)	(7.055)	(1.867)
Juros e variação cambial, líquidos	24.614	55.394	24.614	55.394
Contribuição ao capital	(532.991)	(321.083)	(532.991)	(321.083)
Atualização com ajuste de valor justo (nota 28)	-	(177.198)	-	(177.198)
Saldo final em 31 de dezembro	2.343.880	2.567.201	2.343.880	2.567.201

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e demais diretores executivos. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, substancialmente salários e encargos foi de R\$ 16.685 (2022, R\$ 16.266).

20. Recuperação ambiental

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Recuperação ambiental	95.459	83.382	95.459	83.382

A BAMIN reconhece uma provisão referente à expectativa de recuperação ambiental e desmonte das estruturas presentes até a data, como parte das obrigações esperadas no plano de recuperação de áreas degradadas, principalmente, decorrentes da implantação dos empreendimentos da Companhia. O valor provisionado foi mensurado com base em valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

21. Provisões para contingências

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Trabalhistas (i)	3.756	3.579	3.756	3.579
Tributária (ii)	3.544	3.353	3.544	3.353
	7.300	6.932	7.300	6.932

(i) A Companhia possui alguns consultores com dedicação exclusiva, que recebem seus salários por meio de pessoas jurídicas. Baseada na análise conjunta com seus assessores jurídicos, a Companhia decidiu reconhecer provisão para contingências visando cobrir eventuais prováveis perdas com processos judiciais, caso tais consultores fossem contratados como empregados da Companhia. Também foram reconhecidas provisões referentes a litígios trabalhistas classificados com probabilidade de perda provável.

21. Provisões para contingências (continuação)

(ii) A Companhia possui provisão tributária referente a verbas trabalhistas e recolhimento de contribuições previdenciárias não calculadas durante o período de 2009 a 2011. A exigibilidade da cobrança encontra-se suspensa em face à discussão dos nossos assessores jurídicos com as autoridades competentes quanto à constituição dos autos do processo e incidência dos tributos questionados.

Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

Em 2023, foram identificados passivos contingentes provenientes de ações trabalhistas no montante de R\$ 2.334 (2022, R\$ 2.684). No entanto, as ações cíveis representavam um passivo contingente de R\$ 12.610 (2022, R\$ 2.464). Estes litígios encontram-se em discussão e estão sendo acompanhados pelos nossos assessores jurídicos, que consideram sua perda como possível. Desta maneira, esses valores não estão provisionados.

Conforme informações dos assessores jurídicos, não existem outras demandas judiciais contra a Companhia que possam impactar suas demonstrações contábeis e que venham requerer constituição de provisão além daquelas já registradas.

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos. Consequentemente, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas neste momento.

22. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado está representado por 11.594.969 (onze milhões, quinhentas e noventa e quatro mil e novecentas e sessenta e nove) ações, no valor de R\$ 1,00 real cada. As ações estão distribuídas em 11.594.968 (onze milhões, quinhentas e noventa e quatro mil e novecentas e sessenta e oito) ações detidas pela companhia Bahia Minerals N.V. e 1 (uma) ação detida pela companhia Mineração Minas Bahia S.A.

Em setembro de 2023 a companhia teve um ingresso de recursos através de transferência bancária no valor de R\$ 640 (2022, R\$ 0) referente a integralização do capital social.

(b) Contribuição ao capital

As contribuições ao capital estão representadas pelo montante acumulado de R\$ 1.874.891 (2022, R\$ 1.341.900), sendo reconhecido em 2023 R\$ 532.991 (2022, R\$ 321.083).

23. Receitas de venda de minério

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta	164.779	330.205	164.779	330.205
(+) Adições da receita bruta				
Acréscimos e variação de preço	69.190	26.115	69.190	26.115
(-) Deduções da receita bruta				
Abatimentos e variação de preço	(26.229)	(22.288)	(26.229)	(22.288)
ICMS	(1.123)	(2.459)	(1.123)	(2.459)
CFEM	(7.159)	(8.513)	(7.159)	(8.513)
COFINS	(626)	(1.369)	(626)	(1.369)
PIS	(137)	(297)	(137)	(297)
	198.695	321.394	198.695	321.394

23. *Receitas de venda de minério (continuação)*

Os abatimentos e variações de preço são decorrentes da receita reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

24. **Custo dos minérios vendidos**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal, serviços e materiais	39.041	56.806	39.041	56.806

A margem líquida, conforme abordagem contábil de reconhecimento de custos e gastos logísticos, equivalentes às receitas de vendas da fase de desenvolvimento do Projeto PdF, é obtida da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	197.768	296.445	197.768	296.445
Custo com pessoal, serviços e materiais	(39.041)	(56.806)	(39.041)	(56.806)
Despesa com distribuição	(159.654)	(264.588)	(159.654)	(264.588)
Receitas, custos e despesas capitalizadas	927	24.949	927	24.949
Margem líquida	-	-	-	-

25. **Despesas com distribuição**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fretes rodoviários, ferroviários e marítimos	99.627	155.714	99.627	155.714
Serviços logísticos	41.039	92.228	41.039	92.228
Manutenção (materiais e serviços)	10.433	10.999	10.433	10.999
Tributos	13	40	13	40
Outros	8.542	5.607	8.542	5.607
	159.654	264.588	159.654	264.588

26. **Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviços	38.225	77.672	60.223	112.549
Pessoal	19.872	39.692	61.849	70.866
Campanhas e eventos	182	9.510	5.145	10.400
Viagens e estadias	4.669	5.049	6.188	8.690
Tributos	3.085	3.572	6.352	6.070
Arrendamentos de curto prazo	1.309	3.465	5.208	5.590
Depreciação e amortização	2.827	2.255	3.632	2.352
Materiais	389	1.684	670	2.109
Outros	61	5.070	2.672	4.047
	70.619	147.969	151.939	222.673

27. Outras despesas (receitas), líquidas

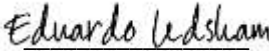
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Reversões para contingências jurídicas	663	3.319	663	9.673
Provisões para contingências jurídicas	(1.031)	(773)	(1.031)	(1.422)
Indenizações	(1.696)	(927)	(1.696)	(382)
Ganho com intangível (nota 13 (i))	-	27.276	-	-
Outros	(102)	49	(102)	126
	(2.166)	28.944	(2.166)	7.995

28. Resultado financeiro


	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Varição cambial ativa sobre empréstimos	198.963	145.662	198.963	145.662
Receitas de aplicação financeira	1.786	3.144	49.612	41.906
Atualização de valor justo (i)	-	177.198	-	177.198
Outras receitas financeiras	5.587	5.875	6.451	5.876
	206.336	331.879	255.026	370.642
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(128.583)	(121.238)	(128.583)	(121.238)
Outras despesas financeiras	(3.102)	(17.608)	(3.227)	(17.677)
	(131.685)	(138.846)	(131.810)	(138.915)
	74.651	193.033	123.216	231.727

- (i) As atualizações de valor justo são resultado da revisão do prazo estimado para o futuro pagamento dos empréstimos. Em 2023, a revisão do prazo, para início de pagamento dos empréstimos com partes relacionadas para 2029, alterou o valor justo da dívida de forma substancial. Portanto, conforme previsto no CPC 48 / IFRS 9, a Companhia reconheceu um novo valor justo da dívida, com base na estimativa de pagamento dos empréstimos. O ajuste de valor justo proveniente dessa dívida foi reconhecido como contribuição ao capital no patrimônio líquido.

Diretoria



Eduardo Ledsham
Diretor Presidente

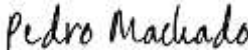


Alexandre Aigner
Diretor

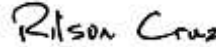


Alberto Vieira
Diretor

Gerência Geral Financeira



Pedro Machado
Gerente Geral Financeiro



Rilson Cruz
Contador
CRC BA 036891/O-5